EDITORIAL

ESTUDOS DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL DA MINERAÇÃO

A Kinross, empresa de mineração situada no município de Paracatu – MG, rebate as afirmações de que tem causado prejuízo à saúde pela atividade de mineração de ouro. Há também uma afirmação de um programa de televisão estatal francesa no intuito de prejudicar a Kinross afirmando que a população de Paracatu – MG está sendo contaminada pelo arsênio. Estas alegações são irresponsáveis e sem qualquer embasamento científico. Para isto foram realizados estudos pelo CETEM, UFMG e INCT que demonstraram que não existe qualquer tipo de evidência de contaminação ambiental ou da população de

Paracatu – MG, por arsênio. Para tanto, a Kinross investe em vários projetos ambientais, tais como: revitalização do Córrego Rico, que consistiu na recuperação da área dos danos causados pelo garimpo e a instalação de um parque linear. Com o monitoramento ambiental a Kinross controla a gestão de ruído, gestão de poeira, gestão das águas e preservação de nascentes, pois já recuperou 202 (duzentas e duas) nascentes da região.

Engº Geólogo e Geotécnico Antonio Geraldo da Silva
Presidente do Singeo-MG

SETOR MINERAL BRASILEIRO

PREVIDÊNCIA SEM PRIVILÉGIOS

SINDICALISMO BRASILEIRO LUTANDO PELOS TRABALHADORES

Página 2

QUE FAZER PELO SÃO FRANCISCO - PARTE III, IV E V

Página 3

A IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DE CLASSE

Página 4

CONVITE DE DISCUSSÃO GEÓLOGOS

Página 5

ENCONTRO DA FEBRAGEO COM O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MME

Página 6

NOTÍCIAS CURSO MAXIAMBIENTAL PERÍCIA JUDICIAL AMBIENTAL

Página 7

PARCERIA MÚTUA

Página 8

ANGLOAMERICAN

TABELA DE HONORÁRIOS - Parte I

Página 9

TABELA DE HONORÁRIOS - Parte II

Página 10

SETOR MINERAL BRASILEIRO

A Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB) vê o setor mineral brasileiro com boa perspectiva e expectativa, pois o Governo pretende, segundo o Ministro das Minas e Energia Fernando Coelho Filho, reduzir os entraves do setor mineral.

O Executivo tem que demonstrar a intenção de "ESQUECER" a proposta que foi formulada sobre a reforma do "Código de Mineração" que estava no Congresso Nacional e procurar de imediato promover a reforma do Código atual através de Decreto ou Portaria. Isto faz com que haja novamente credibilidade no setor mineral, depois de tudo o que aconteceu, quando o DNPM ficou praticamente um ano e meio parado, sem emitir Portarias de Lavra. O setor mineral foi ameaçado pelo Marco Regulatório que o antigo Governo tentou empurrar goela abaixo, sem consultar os profissionais da área da mineração. Essa ameaça do Marco Regulatório assustou muito o investidor, que acabou indo para outros países como as Guianas, Equador, Peru e Chile, que estão recebendo mais investimentos em exploração mineral do que o Brasil. Esse mesmo investidor se afastou também, porque temia muito a insegurança jurídica e a situação política por que passa o país. E para a nova retomada da mineração, é necessário trabalhar muito em torno de uns dois anos para realmente voltar ao que éramos há cinco anos atrás. A Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira vê com bons olhos a transformação do DNPM em Agência Nacional de Mineração (ANM) que está nas propriedades do MME, porque isto dará mais governança à direção geral.

A reserva nacional de cobre é uma área muito importante com um potencial bastante elevado e que está trancada nas gavetas há décadas. Outro ponto importante é a redução das dificuldades para empresas estrangeiras

atuarem em áreas de fronteira. Todos esses pontos mencionados sinalizam que o ambiente deverá melhorar no Brasil para as empresas e isto fará com que os investimentos retornem, esperamos. A participação do Brasil na Convenção de 2017 da PAD (Prospectors and Developers Association of Canadá), que foi organizada pela ADIMB, com apoio do Governo e de empresas, participando de todos os eventos do Brasil realizados em Toronto o que realmente contaminou a maioria dos participantes.

Volta assim a esperança de que, juntamente com o Governo, se possa retornar a credibilidade do setor mineral no Exterior. Com efeito, o clima para negócios melhorou, não temos nada sobre grandes cifras, mas acima de tudo houve um renascimento do setor mineral.

PREVIDÊNCIA SEM PRIVILÉGIOS

O Sindicato dos Geólogos no Estado de Minas Gerais junto a outros Sindicatos lutam por mudanças na reforma da previdência, como, por exemplo, contra a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres aos 65 anos. O Sindicato deseja uma previdência justa e sem privilégios. A ideia é, junto a outro Sindicato, apresentar uma emenda à proposta do Governo estabelecendo o seguinte: "Aposentadoria para os homens 60 anos e aposentadoria para as mulheres aos 58 anos. Um estudo feito pelo Dieese mostra que os trabalhadores formais com mais de 60 anos representam apenas 0,2% da força de trabalho do país " Se não há emprego nem para quem tem menos de 40 anos, o que dizer, então, daqueles que estão com 50 anos ou mais e que ainda podem contribuir e muito para o país. Mas para que tudo isso possa prosseguir é necessário que a classe de nossos profissionais se unam entre si e ao Sindicato dos Geólogos para fazer valer seus direitos, entre eles uma aposentadoria digna. Sabe-se que essas reformas governamentais atropelam todos os direitos dos trabalhadores. Toda reforma vinda dos Órgãos Governamentais tem que passar pelo crivo da sociedade trabalhadora do país. Os Sindicatos unidos devem pressionar todos os

parlamentares e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado para atender às reivindicações de todos os trabalhadores. Com isto sensibilizar os parlamentares pelas mudanças que aconteçam na proposta de reforma elaborado pelo Governo.

Sindicalismo brasileiro lutando pelos trabalhadores

O Brasil vive um momento único, o Governo Federal quer impor suas reformas (trabalhista e previdência) que ao invés de ajudar os trabalhadores, irá de fato, retirar direitos.

O sindicalismo brasileiro não ficou quieto e tem se manifestado por todo o país. A greve geral no dia 28 de abril foi a amostra que as entidades sindicais defenderão os direitos dos trabalhadores e nas comemorações do Dia do Trabalhador esse movimento foi reforçado.

A reforma do trabalho que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que será discutida agora no Senado, além de retirar os direitos dos trabalhadores, quer enfraquecer o movimento sindical ao colocar a retirada do imposto sindical no projeto. É o imposto sindical que garante as condições para que o sindicato trabalhe em prol dos trabalhadores.

As Centrais Sindicais estão se movimentando para participar das discussões no Senado. Já realizaram reunião com senadores para cobrar maior participação dos trabalhadores.

Não podemos ficar parados, pois este Governo vai fazer o que quiser e pisar nos trabalhadores brasileiros.

Não deixemos de citar que o texto base da Reforma da Previdência foi aprovado na Câmara dos Deputados faltando os destaques. Mais uma manobra do Governo que vai pesar na vida dos trabalhadores que demorarão ainda mais para se aposentarem.

Mais do que nunca é necessário um movimento ainda maior do que ocorreu no dia 28 e as Centrais já estão se movimentando para que isso aconteça.

Vamos à luta!

Equipe Mundo Sindical

QUE FAZER PELO SÃO FRANCISCO III

A passagem pela Grande BH começa em Rio de Pedras. O Velhas passa a contar com reforço do rio Itabirito, deixando o miolo gnáissico do Quadrilátero para entrar nas formações xistosas, ferríferas, quartzíticas da área, banhando Rio Acima, Raposos, Sabará, Santa Luzia. Nova Lima, Belo Horizonte, Vespasiano, Lagoa Santa, Contagem e Ribeirão das Neves, não marginais mas todas na bacia por afluentes locais. Atravessa as formações do Quadrilátero em Sabará, caindo no Complexo Belo Horizonte, semelhante ao de Bação (com voçorocas parecidas), e entra no Grupo Bambuí em Vespasiano, na APA Carste de Lagoa Santa, de belas paisagens, na qual se apoia, não sem contribuição geológica minha, o aeroporto de Confins. Na imagem do dia urbanização de topos em Nova Lima, tendo a leste RPPN. Na ponta da seta o aterro dique do Vale dos Cristais (apresentado no 15o CBGE em Bento Gonçalves-RS).

Urbanização de topos do Vale dos Cristais em Nova Lima

Por que passagem heroica? Começa com a tomada d'água de Bela Fama, seguida de estação de tratamento, de recalque e adutora ao longo de parte da crista da serra do Curral, onde o túnel do Taquaril chamou a atenção nos anos LX do século passado, exigindo passagem provisória, enquanto não se completava o complicado túnel, por um by pass através de poço de grande diâmetro escavado por sonda da Petrobrás especialmente mobilizada. (Nos anos LXX um torrasta em Aracaju disse-me ter sentido muito frio com a operação noturna da sonda no inverno a quase 1500 m de altitude nas manobras que lhe cabia fazer, da ferramenta de perfuração). Completada a operação, a transposição deu a Belo Horizonte a água da adutora do rio das Velhas, desativando mais de centena de poços tubulares que então dessedentavam precariamente a cidade. Repare o leitor: A remoção dos poços ampliou inundações, independentemente de isso ter sido verificado! Por tal razão técnica as cidades devem, na medida do possível, ter parte significativa do suprimento de água por poços tubulares, o que beneficiaria triplamente as cidades — reduzindo inundações, dando razões fortes por controle ambiental do solo urbano, e reduzindo a demanda por água do meio rural envolvente.

Entre Rio Acima e Raposos passa ao lado de depósito antigo de rejeito da mina de Morro Velho (que chegou a ser a mina subterrânea mais profunda do mundo), e perto de grandes depósitos de rejeitos e estéril da mineração de ferro, de cavas ativas e abandonadas, além dos resíduos inertes da urbanização. Não há passagem heroica como em rios europeus, porque a serra do Curral, mais de 300 metros acima do rio em Nova Lima, concede a ele passagem calma em Sabará. A RMBH aprende a conviver com a mineração não sem ver oposição às vezes intensa de movimentos

ambientalistas. Também sofrem empreendimentos urbanos acusados de especulação imobiliária pela verticalização, que, afinal, tem a seu favor redução na extensão das vias públicas. Esses movimentos, por outro lado, têm no Vale dos Cristais, avanços importantes como o aterro dique, que permite descargas pluviais do urbanizado menores que antes da urbanização (!), e uma RPPN que leva a ocupação efetiva a menos de 8% do terreno. O conjunto urbano-mineral na RMBH é provavelmente dos mais intensos do Brasil, contando com importantes núcleos do Ciclo do Ouro, especialmente Sabará.

Afinal, que fazer pelo São Francisco no trecho? Cuidado maior na reabilitação de cavas de mineração desativadas, com seu uso para depósitos de resíduos inertes, aproveitando a segurança geotécnica em comparação com aterros de resíduos mal dispostos, resolvendo dois problemas numa intervenção só. Importante ajuda local ao rio pode vir do uso dos telhados do maior núcleo urbanizado da bacia do São Francisco, como importante recurso hídrico para a captação das águas pluviais como proposto à PBH por Silva et Al. (1995), parcialmente recebido em critérios urbanísticos, modalidade de solução bem instruída em publicação recente dos autores Fendrich e Gevaerd em 2014, Curitiba – PR. Na GC 423 o trecho Lagoa Santa até a foz no São Francisco.

QUE FAZER PELO SÃO FRANCISCO IV

Este artigo trata do trecho do rio das Velhas que vai da ponte da estrada Lagoa Santa – Baldim até a foz no São Francisco. Chama a atenção cartograficamente do observador o curso caprichosamente meandrante do rio até a foz do Pardo Grande a sul da serra do Cabral. A sistematização do trecho a norte da ponte fica para a GC 424. A imagem do dia, captada pela câmara deste autor, mostra a ponte que esteve submersa no pico da cheia de 1997, para cuja formação terá contribuído toda a cabeceira: Nas chuvas de 1997 aconteceu em Ouro Preto uma tragédia, na qual 11 pessoas de uma família morreram num deslizamento, restando viva apenas uma criança. O local é caracterizado na Carta Geotécnica de Ouro Preto, deste autor, com o Grau de Risco III, o mais elevado e, portanto, não recomendado para habitação antes que estudos e intervenções complementares de estabilização do terreno e critérios rigorosos para edificação futura sejam fixados. Situado no Morro da Queimada, perto da nascente do Velhas, embora na bacia do rio Doce, e a cerca de 150 km da ponte, terá enfrentado as mesmas chuvas de 1997 que levaram a contribuição mais remota para a vazão que chegou à ponte. Outra coincidência aconteceu na ocasião: Chegava de viagem e quando o avião fazia procedimentos de aterrissagem, vi em vários pontos de Belo Horizonte alagamentos extensos, com um tom amarelo barrento.

Cheia do rio das Velhas na ponte da estrada Lagoa Santa Baldim 1997

Note o leitor: Se a drenagem em Belo Horizonte fosse mais eficiente, que teria sido da ponte? Se as bocas de lobo na Savassi não funcionam, é melhor ou pior para o Arrudas? Questão mal resolvida, caro leitor.

Embora em bacia extensa a concentração de caudais dos grandes núcleos urbanos seja diluída na distância, é natural a influência concentrada nas áreas próximas a jusante. E aqui vem questão contraditória a ser considerada pelos responsáveis por projetos de pontes e estruturas semelhantes: Usam-se parâmetros médios para toda a bacia e aí pontos tais podem ser atingidos nos eventos excepcionais, ou adotam-se parâmetros especialmente elevados e fica-se com a dificuldade de justificar fatores de segurança muito altos (algo como 2 m de altura a mais no tabuleiro daquela ponte)? Há projetos de drenagem com vazões tecnicamente previstas, e nas cidades seria de olhar o que está a jusante, e basear o projeto urbano numa vazão admissível.

Litografia de Rugendas, séc. XIX, reproduzida no jornal do Projeto Manuelzão (Ano 01/01, nov/dez/97) como prova de navegabilidade do Velhas de outrora.

Para fechar a questão da ponte, não só ela sofreu com a chuva, mas também o São Francisco. Fecho o ponto como o poeta disse que deve ser completado o soneto: na cauda, último verso, como a picada do escorpião. Invertendo a ordem o suco disse já no título: "Urbanization: a hydrological headache". LINDH, Gunnar (1972). *Ambio*, Vol.1, nº 6. dez/72; p.185-201. É de fato a urbanização uma dor de cabeça hidrológica, disse o Gunnar, e como sabem tanto o Velhas quanto o São Francisco, com uma só capital no seu caminho, ao contrário do Danúbio, que imita o rosário com cinco grandes capitais nele dependuradas.

Em 2001 elaborei para a FEAM mapa de risco Geológico da Bacia do Velhas, tendo como colaboradores o Geólogo Gilvan Brunetti Aguiar e o engenheiro Bartolomeu Mitre Vasconcelos de Assis Chaves. Do mapa, que inclui toda a bacia, serão referidas as formações a norte da ponte. A sequência é uniforme, mas só no leito, com afluentes que correm sobre diversa constituição geológica, que expõem o rio a variada sequência de vicissitudes. Uma delas? Foi navegável de Sabará para o norte, qualidade a ser recuperada por desassoreamento. Pelas excessivas curvas o traçado deve ser encurtado, não por cortários, mas por ligações terrestres retificadoras do curso transpostas por barcos anfíbios, solução usada por ônibus turísticos do Rio de Janeiro.

QUE FAZER PELO SÃO FRANCISCO V

Segue sumário do trecho que vai da ponte do artigo anterior à foz do Velhas. A imagem do dia é mapa de risco geológico, formado por agrupamentos estratigráficos consagrados na literatura geológica. Apresenta-se legenda expandida para as áreas do mapa, excluídos os Complexos Bação e Belo

Horizonte do Agrupamento 1, e o Agrupamento 2. Em ordem de idade os que restam são:

Agrupamento 1: Complexo Gouveia, exposto como janela erosiva como Embasamento do SG Espinhaço. Feições semelhantes às do Complexo de Bação e Belo Horizonte (voçorocas) são os principais processos de perda de solo. São diferenças a considerar na reabilitação a conformação em sulcos convergentes, diferente da conformação conchoidal dominante em Cachoeira e Itabirito.

Agrupamento 3: Supergrupo Espinhaço. Quartzitos e filitos, incluindo intrusivas básicas, responsáveis pelas melhores manchas de solo intercaladas às faixas áridas dos quartzitos. Erosão linear, assoreamento, inundações. O Espinhaço é bom coletor de águas pluviais nos topos de chapadas.

Agrupamento 4: Supergrupo São Francisco – Grupo Macaúbas: Metapelito e metarritmito. Metapelitos, pouco permeáveis, cedem aos vales grandes caudais nas chuvas fortes. Neles é relevante o papel das formações de cobertura e da vegetação na absorção das águas pluviais, conferindo ao sistema rugosidade capaz de auxiliar no controle do escoamento, protegendo o solo contra a erosão. Por outro lado, o Velhas enfrenta risco de posição na foz por efeito de descargas (elevação de nível) e fechamentos (rebaixamento) da operação em Três Marias a cerca de 160 km a montante.

Grupo Bambuí: Rochas solúveis (calcários, puros ou intercalados com metapelitos, da Formação Sete Lagoas, principalmente) e impermeáveis (metapelitos da Formação Serra de Santa Helena). Nos calcários são comuns os colapsos, abatimentos, recalques, com feições consequentes típicas como funis (sink holes), dolinas, janelões em grandes escarpas, grutas, algumas especialmente famosas, e similares. A fenomenologia cárstica, condicionante do controle ambiental, é bem conhecida dos geólogos e geomorfólogos. Os metapelitos, recobrimdo as rochas solúveis, podem ser espessos o suficiente para ocultar grandes cavidades cársticas, e para isolar as águas pluviais de um acesso mais franco mas eventualmente sendo atravessados em fraturas, ou envolvidos em colapsos de grande envergadura. Os comportamentos em presença da

água são, naturalmente, muito distintos.

Agrupamento 5: Distingue-se por ser constituído por formações de cobertura. As mais antigas, cretácicas, Formações Areado e Uruçuia, areníticas, assentadas sobre a formação Três Marias, a maior exposição das quais no tabuleiro entre o São Francisco e o Velhas. Coberturas cenozoicas capeiam o Agrupamento 4. Nos arenitos Areado, Uruçuia, em parte no Três Marias, a infiltração é alta, dada a boa permeabilidade e baixa declividade. Nos pontos em declive, bacias de captação de águas pluviais foram implantadas próximo às descargas de drenagem. O resultado é satisfatório e poderia ser estendido às vias rurais onde a declividade do terreno o permita.

A “vantagem”, se assim se pode dizer, de quem pretenda ajudar o São Francisco na área, é que a degradação do solo em face das diversas formas de solicitação, como atividade agropecuária, em especial a implantação do pasto e seu pisoteio, a lavra artesanal de minerais especiais e dos materiais de construção, e, especialmente, a construção viária senso lato são como “assinaturas” geológicas de fácil reconhecimento e avaliação.

A humanidade, brasileira ou europeia, não sabe ler geologicamente, mas não teria grande dificuldade de fazê-lo e se surpreenderia se se dispusesse de fato a aprender. O benefício, em termos de prolongar a convivência com a água, melhorar a navegabilidade do rio e impedir a perda de solo, é de fazer inveja ao dono do petrodólar. O leitor que quiser ajudar de fato o São Francisco deve começar por um zoneamento lógico do tipo exposto, e poderá encontrar ou desenvolver outros melhores do que o apresentado.

Engenheiro Geólogo Edézo Teixeira de Carvalho

A IMPORTÂNCIA DAS ENTIDADES DE CLASSE

Pelo passado histórico da Idade Média, onde a produção em escala começou a desenvolver, surgiram assim as primeiras corporações de artesãos e com elas a preocupação com a formação, conduta ética e moral dos trabalhadores.

Essas corporações de mestres e aprendizes assumiram um papel inovador com intuito de moralizar todo tipo de produção diante da transição política e econômica. Com efeito, estava plantada a semente histórica das Entidades e Organizações de Classes no período pós- Industrial no mundo inteiro.

Hoje, mais do que nunca, as Entidades de Classe têm um papel importante e muito mais amplo no que tange:

- Acima de tudo zelar pela ÉTICA PROFISSIONAL;
- Congregar, integrar e cuidar dos interesses dos

profissionais associados;

- Aprimorar e qualificar seus conhecimentos científicos;
- Promover a autoestima e a cidadania do profissional;
- Oferecer ajuda no encaminhamento do primeiro emprego ao profissional recém formado;
- Defender sempre o meio ambiente;
- A Entidade deve estar em sintonia com a Câmara Especializada;
- Estabelecer convênios em benefício dos profissionais;
- Procurar defender a sociedade contra os maus profissionais;
- Divulgar, para os profissionais, a parte administrativa dos Creas porque fazem parte do Sistema.

Diante deste quadro amplo as Entidades de Classe são criadas por profissionais responsáveis e idealizadores de um mundo melhor, pessoas que com suas qualidades morais, sociais e científicas acreditam que a VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL é necessária e suficiente para uma qualidade de vida cada vez melhor.

À medida que os profissionais das Entidades de Classe estiverem engajados cada vez mais numa perspectiva da valorização e no fortalecimento dessas entidades junto aos trabalhadores, haverá sempre uma aproximação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea com a sociedade.

Com esses procedimentos em pauta e muito trabalho das Entidades de Classe, na dedicação de seus integrantes, buscar, com garra, o aperfeiçoamento, qualificação e atualização de nossos profissionais, em debates cursos, palestras, seminários, congressos promovidos em parcerias e apoios mútuos CREA e ENTIDADES, com tudo isso é que se chega a um mesmo denominador comum na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Fazendo parte do Colégio Estadual de Entidades, núcleo MG (CEE-MG), na minha opinião é que todos os presidentes dos Creas entendam, de uma vez por todas o seguinte: TODAS AS ENTIDADES DE CLASSE FAZEM PARTE DOS CREAS. A representatividade dos Colégios Estaduais de Entidades torna-se imprescindível no diálogo com os profissionais, pois somente dessa forma é que haverá a efetiva representação de toda a área tecnológica.

É preciso, dessa união dos profissionais junto ao CREA-MG, que os trabalhadores e empresas possam inovar sempre trabalhando e superando crises. Observar que o CEE será cada vez mais forte quando os presidentes de Entidades apoiarem o trabalho executado, com muito carinho e dedicação da Gerente de Apoio ao Colégio Estadual de Entidades-MG.

CONVITE DE DISCUSSÃO GEÓLOGOS

Caro Colega,

Presidente do Sindicato ou Associação de Geólogos,

O setor mineral brasileiro se encontra em processo de inércia geral desde a tentativa do governo anterior de aprovar um Novo Marco Regulatório da Mineração há mais de 6 anos, o que levou a um enorme índice de desemprego de colegas em todo Brasil, saída de muitas empresas estrangeiras do país e uma falta crônica de investimentos no setor.

Para incentivar a discussão a reunião do Conselho de Representantes da FEBRAGEO, reunida no início de abril/2017 em São Paulo, resolveu nomear a Comissão de Mineração formada por Jorge Luiz Padilha (MG), Agamenon Dantas (SP) e Sheila Klener Jorge de Souza (MT), a qual convoca as entidades para que iniciem o mais breve possível as discussões e encaminhamentos para esta comissão, dos pontos principais a serem defendidos em todos os fóruns de discussão deste assunto.

O governo atual, apesar de ter a sua legitimidade contestada por uma parcela da sociedade brasileira, mostra sinais que pretende impulsionar o setor mineral com algumas medidas, muitas já preconizadas há tempos como:

- Transformação do DNPM e Agência Nacional de Mineração ;
- Mudanças nos percentuais de impostos sobre o produto da mineração;
- Tendência de manutenção da base do Código de Mineração de 1967.

Recentemente tivemos em Brasília um Seminário sobre investimentos em mineração

promovido pela Associação Brasileira de Profissionais da Mineração (ABPM) e a presença do Secretário de Mineração do Governo, Sr. Vicente Lobo, onde se discutiu estes assuntos, com uma representação muito limitada de entidades representativas dos geólogos brasileiros.

Podemos ver que outras entidades da nossa categoria estão ocupando o espaço da Febrageo, enquanto nós como representantes históricos dos geólogos estamos muito tímidos nestas discussões.

A questão da política mineral exige um debate prévio e amplamente disseminado pelas nossas entidades, para que após um prazo não muito longo, possamos ter a posição oficial da FEBRAGEO.

O prazo estipulado por esta comissão para termos as posições consolidadas é de 90 dias, a contar do dia 1 de maio de 2017. Para auxiliar as entidades estaduais nas suas discussões a Comissão publicará, material de imprensa ou governamental para roteiro das discussões, no Grupo Yahoo Febrageo e no forumfebrageo2017.forumeiros.com

Entre os assuntos que sugerimos para o debate entre os colegas, citamos os seguintes:

- A situação do SGB/CPRM com a clara intenção do governo em destruir o Serviço Geológico Brasileiro e transformar CPRM em empresa de mineração que será responsável pela licitação de mais de 22000 áreas em disponibilidade e 368 áreas com a pesquisa executada e aprovada;
- Indícios de comprometimento formal de dirigentes da CPRM com a iniciativa privada, o que poderá transformar as licitações acima em jogo de “cartas marcadas”, além da predominância de diretores e gerentes

originários da companhia Vale, uma das empresas mais interessadas no portfólio de áreas a serem licitadas da CPRM;

-Nomeações políticas de pessoas estranhas ao meio da geologia e mineração, fato que aconteceu em várias SUREGs da CPRM e também no DNPM;

-Abertura da Reserva Nacional do Cobre (RENCA), nos estados do Pará e Amapá com manutenção dos direitos minerários de antes da transformação da área em reserva mineral, fato que vai favorecer a Vale e BHP, majoritárias na posse de áreas;

-E outros que sejam do interesse na área de Política Mineral, que certamente serão propostos pelos geólogos reunidos nas suas associações de classe.

Encerramos, confiantes que os colegas de todo o Brasil, iniciem os debates e tragam sugestões significativas para a Comissão Nacional consolidar este material num documento que conterà a posição sobre política mineral, representativa da maioria da categoria.

Para contatos com a Comissão favor usar o email oficial da Diretoria de Política de Geologia e Recursos Minerais da Febrageo :

dir_politica@febrageo.org.br

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Geól. Jorge Luiz Padilha – Diretor de Política de Geologia e de Recursos Minerais da FEBRAGEO e Membro da Comissão de Mineração

Geól. Agamenon Dantas – Membro da Comissão de Mineração;

FEBRAGEO PARTICIPOU DE ENCONTRO COM O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MME

Atendendo, a pedido da Diretoria de Política de Geologia e Recursos Minerais da Febrageo, o Secretário de órgão ligado ao MME, Eng. de Minas Vicente Lobo recebeu o Geólogo Jorge Luiz Padilha, no dia 16 de maio de 2017 na sede da Secretaria no prédio do Ministério em Brasília.

O encontro muito cordial, durou em torno de 1 hora e teve também a participação da equipe técnica da Secretaria e do presidente da CPRM, Geólogo Eduardo Ledsham.

No final o Geólogo, Jorge Padilha, entregou uma carta de reivindicações, da diretoria da Febrageo, elaborada a partir de consultas aos seus membros. Essa carta contém 7 pontos básicos que foram abordados no encontro. O secretário ressaltou, no final, que, a princípio, concordava com todas as questões levantadas. A seguir algumas informações de ações da Secretaria nos 7 meses de trabalho do atual Secretário:

A Secretaria não pretende levar adiante a proposta do Marco Regulatório da Mineração, em tramitação há mais de 5 anos no Congresso Nacional, em contrapartida pretende alterar alguns artigos do Código de Mineração de 1967, considerados desatualizados pelo órgão como:

- A “prioridade” será mantida nas eventuais mudanças do Código de Mineração.
- Criação de uma taxa por Emissão de Título, como o alvará de pesquisa e manutenção da Taxa por hectare.
- Melhoria na automação do DNPM/Agência, o que acabaria com a fila para requerimentos, os detalhes desse processo não foi explicado. A transformação de DNPM em Agência Nacional

de Mineração está próxima com o projeto de medida provisória, passando pelos crivos da Casa Civil e outros órgãos normativos do Governo Federal. O modelo, a estrutura e organograma serão iguais ao das outras agências existentes hoje, e todo o quadro de funcionário será mantido. Haverá uma redistribuição das bases de atuação da agência, com o critério de importância da mineração cada Estado da Federação;

Sobre a CPRM, o Secretário reafirmou o apoio às atividades da empresa como Serviço Geológico Brasileiro e informou que já estão em licitação, por “pregão eletrônico”, quatro áreas com autorização de lavra, a saber: Depósito Polimetálico de Palmeirópolis/GO, Fosfato de Miriri próximo à costa de Pernambuco e Paraíba, Cobre de Bom Jardim, em Goiás, e Carvão de Candiota no Rio Grande do Sul. Essas áreas, que são ativos da empresa, tiveram seu valor econômico avaliado por empresas especializadas. A realização das licitações das áreas em disponibilidade no DNPM tardarão um pouco mais, provavelmente acontecerão no final do segundo semestre. Essas áreas tiveram dados de geologia, geofísica e geoquímica agregadas pela CPRM. Assim como nas áreas da CPRM, a licitação será na modalidade eletrônica.

Quanto à introdução de um sistema de avaliação moderno de jazida, aos moldes do JORC da Austrália, o apoio da Secretaria é total.

A RENCA (Reserva Nacional do Cobre), extinta por Portaria do Ministro de Minas e Energia em 07/04/2017, a qual manteve os alvarás expedidos, antes da promulgação do Decreto da criação da

reserva, e indeferiu aqueles requerimentos que estavam pendentes ou foram protocolados após a criação da reserva mineral em 1984. As reservas ecológicas no interior da RENCA, especialmente aquelas unidades de proteção integral, não poderão ser objeto de requerimentos de pesquisa conforme determina a lei.

Finalmente, sobre o CFEM (Compensação Federal pela Exploração Mineral), matéria ainda tramitando no executivo, foi informado que a secretaria preconiza a taxação pela renda bruta da empresa e taxas variáveis. No caso do minério de ferro ele variaria pelo preço internacional, quanto mais alto maior a taxa, chegando a 4 % do rendimento bruto da empresa produtora.

Outras alíquotas informadas foram: metais base 2%, Diamante primário 3%, Fosfato 2 %, Agregados 1,5 % e minérios de garimpo 0,2 %.

A divisão da CFEM, no âmbito federativo, permanecerá a mesma praticada hoje, ou seja, 12 % União, 23 % Estado e 65 % Município.

Ao final da reunião, o Secretário Vicente Lobo colocou-se à disposição da Febrageo para comparecer a eventos promovidos pela entidade a fim de detalhar mais os planos da SGM e afirmou que chamará a nossa entidade para futuros eventos no âmbito da Secretaria.

À esquerda: Geólogo Jorge Luiz Padilha Diretor de Política de Geologia e Recursos Minerais da FEBRAGEO.

À direita: Engenheiro de Minas Vicente Lobo Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME

NOTÍCIAS

1. Governo estuda acelerar MP da Mineração

Em troca de apoio à reforma da Previdência, o governo estuda antecipar uma medida provisória que eleva os royalties da mineração e tem sido esperada pelo mercado há meses. O pedido de aceleração da MP foi feito pelo coordenador da bancada de Minas Gerais, deputado Fábio Ramalho (PMDB), que almoçou ontem com o presidente Michel Temer e insistiu na importância de aumento imediato da Contribuição Financeira para a Exploração dos Recursos Minerais (Cfem).

2. O DNPM baixou uma Portaria nº 70.389/2017 sobre Segurança de Barragem de Mineração

3. A Assembleia Legislativa reuniu para debater o retorno dos trabalhos da mineradora SAMARCO.

No dia 19 de abril de 2017 o presidente do Singeo-MG visitou a Mineração da Angloamerican, em Conceição do Mato Dentro, representando a entidade de classe do Crea-MG.

O Singeo-MG fechou mais um convênio com a Ampliar Psicologia Clínica & Educação – Consultoria & Serviços de Psicologia Clínica e Escolar – Psicóloga Lígia Dias Mendes - Rua Rio Grande do Norte, nº 1289

Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas – CEGM.

A Diretoria do Sindicato dos Geólogos no Estado de Minas Gerais – Singeo-MG, na pessoa do seu presidente o Engenheiro Geólogo e Geotécnico Antonio Geraldo da Silva, informa à classe geológica sobre o trabalho incansável dos Conselheiros titulares e suplentes da CEGM, especialmente os Geólogos Cid Queiroz Fontes e Francisca Maria Ribeiro Printes, nos processos de mineração. A Conselheira Francisca é a representante do Singeo-MG no Plenário e na Câmara.

O Singeo-MG elogia a imparcialidade com que analisam os processos que são apresentados a eles antes de serem conduzidos à Comissão de Ética Profissional do Crea-MG.

Com a criação do SINGEO-PA atingimos os 4 Sindicatos, 2 consolidados e 2 em estágio de homologação, já é um avanço, e como sabemos outros estados da federação já discutem e estão prestes a fundar os seus sindicatos, neste caso podemos citar o Rio Grande do Norte e o Espírito Santo.

Assim, parabenizamos os nossos colegas do Pará, liderados pelo Iloé Azevedo, representante daquele estado na diretoria da FEBRAGEO e geólogo por 40 anos de atividade na Docegeo e outras empresas pela coragem de enfrentar este desafio da criação do sindicato que agora é uma realidade e desejamos todo o sucesso na defesa da categoria!

CURSO MAXIAMBIENTAL PERÍCIA JUDICIAL AMBIENTAL

Participantes do curso de Perícia Judicial Ambiental realizado pela Maxiambiental em Parceria com o Singeo-MG, realizado nos dias 08 e 09 de maio de 2017 no CREA-MG.

PROFISSIONAL, CONHEÇA A CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA: MÚTUA-MG

É SÓ BENEFÍCIOS PARA VOCÊ!

A Mútua é uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1977 como o braço assistencial do Sistema Confea/Crea e Mútua. Comemorando em 2017 o seu Jubileu de Rubi, a Mútua completa 40 anos de excelência prestando assistência aos profissionais registrados no Crea. São planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais, pensados e aperfeiçoados ao longo dos anos para melhor atender às necessidades dos profissionais da área tecnológica. Em comemoração ao Jubileu, o profissional do Crea que se tornar sócio contribuinte da Mútua em 2017 pagará de anuidade apenas o valor promocional, alusivo ao Jubileu de Rubi, de R\$40, mais a taxa fixa de inscrição de R\$10.

A inscrição pode ser feita junto à Caixa-MG ou no site <http://www.mutua-mg.com.br/>. A partir deste processo o associado já estará apto a desfrutar dos convênios de plano de saúde, TecnoPrev e outros, imediatamente. Já os benefícios sociais e reembolsáveis ficam disponíveis após o período de um ano de carência. É através da Mútua que parte dos recursos das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) recolhidas pelos Creas retornam aos profissionais, na forma dos mais diversos benefícios.

A linha de benefícios reembolsáveis, por exemplo, conta hoje com 17 modalidades a juros e condições muito especiais, que podem ser utilizadas na melhoria da qualidade de vida, qualificação e para auxiliar no exercício da profissão, dentre outras diversas aplicações. Os juros variam de 0,3% a 0,8% a.m. mais o INPC médio dos últimos 12 meses, incidindo apenas sobre o saldo devedor. A Mútua não exige alienação ou avalista, apenas a comprovação de rendimentos e idoneidade financeira.

A partir do momento da associação, o sócio contribuinte e seus dependentes adquirem, ainda, o direito a uma conta no TecnoPrev, o plano de previdência privada da Mútua. O plano mantém características diferenciadas e vantajosas em relação aos demais planos privados disponíveis no mercado. A taxa de administração, por exemplo, é de apenas 0,5% ao ano, bem abaixo da praticada pela maioria das instituições, o que assegura aos seus participantes as melhores condições para uma aposentadoria segura,

estável e com rendimento diferenciado. Gerido pela BB Previdência, o TecnoPrev fechou 2016 com rentabilidade superior de 19,93%.

Os profissionais que já possuem outra previdência privada também podem desfrutar das vantagens do TecnoPrev, solicitando a migração para o plano. Aos associados adimplentes e com mais de um ano de associatividade é assegurado, também, o direito a cobertura do pecúlio por morte (R\$ 15 mil por morte natural e R\$ 30 mil por morte acidental), benefício previdenciário inserido no TecnoPrev e que se assemelha a um seguro de vida.

O valor da anuidade da Mútua, R\$180, conta com desconto de R\$20 se pago até a data de vencimento, e também volta para o profissional na forma de benefícios. Com a anuidade em dia, a partir de um ano de associatividade, o mutualista começa a ter incluído em sua conta do TecnoPrev o depósito das cotas de associatividade da Mútua - atualmente, o valor é de R\$ 32 por ano.

Em Minas Gerais a Instituição conta com os mais variados convênios para melhor atender a seus associados. A DART seguradora é uma das conveniadas, oferecendo seguros diversos em condições diferenciadas para os mutualistas. Outra parceira da Mútua-MG é a ALIANÇA, administradora de planos de saúde que contratou a operadora UNIMED BH, para disponibilizar planos de saúde a todos os associados em condições muito especiais.

Além dos valores diferenciados das mensalidades, o plano oferece a melhor cobertura da região e cobertura para dependentes legais sem limite de idade. Além disso, no caso de morte do titular, os dependentes têm direito a três anos de plano de saúde sem o pagamento de mensalidades. A Regional conta, ainda, com o site www.mutuamgsaude.com.br, que mostra como bem utilizar o plano de saúde, dicas e informações importantes para manutenção da saúde e da qualidade de vida.

Continuamos trabalhando no sentido de buscar outras parcerias para auxiliar os mutualistas na sua profissão e na sua qualidade de vida.

0800 283 1950 | mutua-mg@mutua.com.br

CONFEA CREA

MÚTUA-MG
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

ANGLOAMERICAN

A manutenção das licenças ambientais é fundamental para a continuação da parte operacional do Minas-Rio. A Angloamerican está se preparando para dar início à terceira fase do projeto de implantação de um dos maiores projetos de mineração em Minas Gerais, próximo à cidade de Conceição do Mato Dentro-MG. Com efeito, a empresa espera alcançar a capacidade nominal de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por

ano. As obras terão duração de quatro anos. Com a ampliação da área de extração mineral, a empresa deverá fazer novas contratações e novos postos de trabalho serão criados. É necessário que os órgãos ambientais deixem a empresa trabalhar, desde que ela cumpra todas as condicionantes colocadas em defesa do meio ambiente e social. De acordo com o Diretor de Operações da empresa, José Flávio Gouveia, a intenção da Angloamerican é aproveitar a mão

de obra local, onde já se encontra em fase de treinamento dado pelo SENAI, grande parte de pessoas de Conceição do Mato Dentro. Além das novas oportunidades profissionais, a expectativa é que essa nova etapa do Minas-Rio gere aumento na arrecadação pela CFEM, onde 65% são repassados para o Município, 23% ao Estado de Minas Gerais, e 12% à União. Esse é o grande benefício da Mineração para o Estado e o Município.

EXPEDIENTE	Presidente: Eng. Geólogo Antonio Geraldo da Silva	Diretor Administrativo: Geóloga Francisca Maria Ribeiro Printes	Projeto Gráfico: Gráfica do Oriente Impressão: Gráfica do Oriente Av. Álvares Cabral, 1600 2º andar - sala 3 - Santo Agostinho 30170-917- BH / MG Telefax (31) 3291-5503 www.singgeomg.org.br singgeomg@singgeomg.org.br
	Diretor Secretário Executivo: Eng. Geólogo Fernando Antônio Peixoto de Villanova	Conselho Fiscal: Geólogo Fernando Antônio R. de Oliveira, Eng. Geólogo João César C. do Carmo e Geólogo Sérgio de Lima Delgado	
	Diretor Tesoureiro: Geólogo João Carlos Moreira Gomes		

Tabela de Honorários Profissionais de Geologia

São apresentados abaixo os preços de referência para os serviços de Geologia no Estado de Minas Gerais, valores de referência registrados no CREA-MG, pelo SINGEO/MG.

01 - Serviços de Consulta no Escritório	
01.1 - Consulta técnica com solução verbal (p/hora)	1/4 Salário Mínimo
01.2 - Consulta técnica com solução escrita (p/hora)	1/2 Salário Mínimo
01.3 - Consulta c/pesquisa a arquivos e consultas DNPM (p/hora)	1/6 Salário Mínimo
01.4 - Visita técnica à área (por dia)	3,5 Salário Mínimos
02 - Consultoria ou Assistência Técnica	
2.1- Dedicção média, Contrato Mínimo (40h/mês)	8 Salário Mínimo
2.2- Assistência à pequena e micro empresa (40/mês)	4 Salário Mínimo
2.3- Consultoria Técnica eventual (p/dia)	3,5 Salário Mínimo
2.4 - Representação junto ao CREA- MG (p/mês)	2 Salário Mínimos
2.5 - Registro no CREA- MG por empresa	1 Salário Mínimos
2.6 - Perícias e Arbitramentos Técnicos Legais, até 20 horas	20 Salário Mínimos
03 - Requerimento de Pesquisa/licenciamento junto ao DNPM	
3.1 - Elaboração de Cadastramento e formulários	R\$ 1/3 Salário Mínimo
3.2 - Áreas isoladas, documentação completa (p/área)	5 Salários Mínimos
3.3 - Áreas contíguas ou próximas (p/área)	2,6 Salários Mínimos
3.4 - Requerimento de Lavra Garimpeira (p/área)	2,6 Salários Mínimos
04 - Relatórios de Pesquisa e Lavra para o DNPM	
4.1- Minerais Metálicos (em três vias, ilustrado c/mapas, perfis...(p/área)	22 a 60 Salários Mínimos
4.2 - Minerais não Metálicos (p/área)	18 Salários Mínimos
4.3 - Água Mineral (p/área)	45 Salários Mínimos
4.4 - Atendimento às exigências	2,6 Salários Mínimos
4.5 - Requerimento de Guia de Utilização (p/área)	5 Salários Mínimos
4.6 - Plano de Aproveitamento Econômico - PAE, até 80 horas	22 a 60 Salários Mínimos
4.7- Relatório Anual de Lavra - RAL (p/área)	3 Salários Mínimos
4.8 - Documentos para licença de Instalação de Paiol de Explosivos (p/área)	3 Salários Mínimos
4.9 - Cessão ou Transferência de Direito Minerário (p/área)	1 Salário Mínimo
4.10 - Laudo de Avaliação de Valor Econômico de Jazidas Minerárias, até 40 horas	22 a 90 Salários Mínimos
4.11 - Locação Área com GPS	2 Salários Mínimos

05 - Laudos Técnicos			
5.1 - Laudos Geológicos - Geotécnicos (Loteamento) até 20 horas			5 Salários Mínimos
5.2 - Estudo de Barragens por unidade até 40 horas			11 Salários Mínimos
5.3 - Laudos Gemológicos (identificação e avaliação) até 20 horas			6,5 Salários Mínimos
5.4 - Laudos Técnicos e Perícias Judiciais até 40 horas			11 Salários Mínimos
Obs.: Não inclusos exames e análises de laboratórios.			
5.5 - Estudos Geológicos Preliminares de Rodovia até 20 horas			6,5 Salários Mínimos
5.6 - Estudos Geológicos Definitivos de Rodovia até 60 horas			26 Salários Mínimos
06 - Hidrogeologia			
6.1 - Locação de Poço Tubular Profundo (p/poço)			1,7 Salários Mínimos
6.2 - Assistência Técnica durante a perfuração (p/dia de campo)			3,5 Salários Mínimos
6.3 - Outorga para uso de Recurso Hídrico, unidade			5 Salários Mínimos
6.4 - Interpretação do Teste de Bombeamento, unidade			2,5 Salários Mínimos
07 - Geologia Ambiental			
7.1 - Relatórios e Plano de Controle Ambiental, até 80 horas.			13,5 Salários Mínimos
7.2 - Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios, até 80 horas.			13,5 Salários Mínimos
7.3 - Avaliação de Áreas para Deposição de Resíduos, até 80 horas			13,5 Salários Mínimos
7.4 - Mapeamento Espeleológico (p/hectare), até 40 horas			13,5 Salários Mínimos
08 - Geofísica			
8.1 - Mapeamento/Eletromagnetometria/VLF/Gamaespectrometria/Polarização Interpretação de dados até 80 horas	Induzida/Sondagem	Elétrica	22 Salários Mínimos
09 - Geotécnica			
9.1 - Laudo Geotécnico e Hidrogeológico até 80 horas (p/área sem lote) 360 m ²			4,5 Salários Mínimos
9.2 Laudo Geotécnico e Hidrogeológico maior que 360 m ²			6,5 Salários Mínimos
10 - Serviços Básicos e Pesquisa Mineral			
10.1 - Orientação de Topografia, Mapeamento a Prancheta, Malha, Poço, Trincheira, Galeria, Furo de Trado e Sonda até 40 horas (p/área)			6,5 Salários Mínimos
10.2 - Mapeamento Geológico até 20 horas (p/km ²)			6,5 Salários Mínimos
10.3 - Concessões Direitos Minerários - Parcial			3,5 Salários Mínimos
10.4 - Concessões Direitos Minerários - Total			4,5 Salários Mínimos
Obs.: No mapa preliminar com: Fotointerpretação, Croquis e Relatório Preliminar (% do Custo do Mapeamento Geológico) na escala de trabalho adotada até 20 Horas mais adicional de 3,5 Salários Mínimos			30% do custo +3,5 Salários Mínimos
11 - Geoquímica			
11.1 - Locação de Serviços Amostragem: Sedimento de Corrente, Concentrado, Bateia, Solo, Rocha até 20 horas por área			6,5 Salários Mínimos
11.2 - Tratamento Estatístico dos dados Analíticos:c/Mapas até 20 horas (p/área)			9 Salários Mínimos
11.3 - Avaliação Geoquímica, Prospecção, Áreas Contaminadas, Hidroquímica, Modelagem até 20 horas			9 Salários Mínimos
12 - Petrologia, Petrografia e Sedimentologia			
12.1 - Descrição Petrográfica, Petrologia seção delgada e polida, Mineralogia de Pesados e sem análise modal (p/hora)			1/2 Salário Mínimo

Notas:

*Não Incluídos nos serviços: Taxas do DNPM, FEAM e CREA.

**AS despesas com viagens, hospedagens, alimentação e auxiliares são do cliente.

***Ao preencher a ART no campo "34" - Coloque n° da Entidade 0027/SINGEO/MG (Sindicato dos Geólogos no Estado de Minas Gerais).

A Tabela de honorários é apenas orientativa, uma vez que os valores são somente para referência e dependem de grau de dificuldade e da experiência do profissional.

O SINGEO/MG, com a tabela de honorários, quer demonstrar que os serviços de Geologia são mensuráveis, requerem conhecimento e com procedimento visa valorizar o profissional.

“O GEÓLOGO CONHECE O CHÃO QUE VOCÊ PISA. CONSULTE-O”

Revisão em 29 de Fevereiro